

de uma relação que se verifica entre expressões linguísticas (de certas categorias), de um lado, e objectos ou itens extralinguísticos no mundo, do outro; estes últimos são referidos por aquelas, e aquelas referem-se a estes.

É possível distinguir entre as seguintes duas espécies ou modos de referência. Por um lado, temos a referência singular, dada na relação de DESIGNAÇÃO ou DENOTAÇÃO. Esta é uma relação que se verifica entre um designador (simples ou complexo) e o item por ele designado ou denotado. Pode assim dizer-se, por exemplo, que o nome próprio «Lisboa» refere-se (em português) à cidade de Lisboa, e ainda que a descrição definida «O número par primo» refere-se (em português) ao número 2. Por outro lado, temos a referência geral, dada na relação de aplicação ou satisfação. Esta é uma relação que se verifica entre um PREDICADO e um objecto, ou objectos, quando o predicado se aplica ao objecto, ou quando o predicado é satisfeito pelo objecto. Se o predicado é monádico ou de grau 1 (ou seja, aquilo a que se costuma chamar «termo geral»), então há uma relação de aplicação entre o predicado e um objecto de cada vez. Por exemplo, o predicado monádico ou termo geral «mamífero» (ou «é um mamífero») aplica-se a (ou é satisfeito por) Moby Dick, aplica-se a (ou é satisfeito por) Luís de Camões, aplica-se a (ou é satisfeito por) Pluto, etc. Pode então dizer-se que um predicado monádico se refere a cada um dos diversos objectos aos quais se aplica: o predicado «mamífero» refere-se a Moby Dick, refere-se a Luís de Camões, refere-se a Pluto, etc. E também há predicados monádicos que não se aplicam ao que quer que seja e que, logo, têm referência nula, por exemplo, «unicórnio» e «quadrado redondo». Se o predicado é *n*-ádico ou de grau *n*, então há uma relação de aplicação entre o predicado e uma sequência de *n* objectos, ou um *n*-tuplo ordenado de objectos. Por exemplo, o predicado diádico ou de grau 2 «é mais alto do que» (ou «é mais alto do que») aplica-se ao (ou é satisfeito pelo) par ordenado <Michael Jordan, Bill Clinton>, aplica-se ao par ordenado <Serra da Estrela, Mosteiro dos

Jerónimos>, etc. Pode então dizer-se, embora tal terminologia seja menos habitual do que no caso monádico, que um predicado *n*-ádico se refere a cada uma das sequências de *n* objectos aos quais se aplica: o predicado «é mais alto que» refere-se ao par <Michael Jordan, Bill Clinton>, refere-se ao par <Serra da Estrela, Mosteiro dos Jerónimos>, etc.

A noção de EXTENSÃO de um predicado pode ser então introduzida, em termos da RELAÇÃO de aplicação ou satisfação, do seguinte modo: a extensão de um predicado é a classe de todos aqueles (e só aqueles) objectos, ou a classe de todas aquelas (e só aquelas) sequências de objectos, aos quais (ou às quais) o predicado se aplica. Assim, a extensão de um predicado monádico é uma classe (possivelmente vazia) de objectos; a extensão de um predicado diádico é uma classe (possivelmente vazia) de pares ordenados de objectos; e assim por diante. *Ver também* DESIGNAÇÃO, DENOTAÇÃO, EXTENSÃO/INTENSÃO. JB

referência directa *Ver* REFERÊNCIA, TEORIAS DA.

referência, inescrutabilidade da *Ver* RELATIVIDADE ONTOLÓGICA.

referência, teorias da Podemos chamar conteúdo semântico ou significado aquilo que em português corrente dizemos ser, de um modo mais ou menos vago, o que as palavras querem dizer. Chamemos ainda termos singulares a expressões como nomes próprios, DESCRIÇÕES DEFINIDAS (por exemplo, «A última Coca-Cola no deserto»), termos INDEXICAIS, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., isto é, expressões que servem para referir ou designar uma coisa ou item determinado. Podemos assim dizer que o conteúdo semântico de termos singulares deve contribuir de algum modo para o conteúdo semântico das frases em que esses termos ocorrem, para aquilo que as frases querem dizer e para como as entendemos. Que conteúdo, se algum, têm termos como nomes próprios? O que compreendemos ao compreendermos um nome ou uma descrição? Qual

referência, teorias da

a contribuição que termos singulares trazem aos contextos em que ocorrem? Como se determina aquilo a que um termo singular se refere? Estas são algumas das questões que uma teoria da referência em geral tenta responder. Possíveis respostas podem, todavia, levantar novos problemas e exigir que uma nova posição seja tomada quanto a estas questões.

Uma maneira simples de responder às questões anteriores consiste em identificar o conteúdo semântico de um termo singular com o objecto ou item a que o termo se aplica, isto é, com o referente do termo. O que «Eça de Queirós» significa é o próprio Eça de Queirós, «A última Coca-Cola no deserto» significa a última Coca-Cola no deserto. A função de um termo singular é indicar o único objecto a que ele se aplica, é uma marca ou sinal de um objecto. A esta teoria chamaremos teoria ingénuo da referência ou teoria ingénuo da referência directa.

Os exemplos que se seguem demonstram de que modo a teoria ingénuo interpreta o papel desempenhado por termos singulares no contexto de frases declarativas. Tomem-se as frases «Clark Kent ama Lois Lane» e «O Super-Homem ama Lois Lane». Quer «O Super-Homem» seja entendido como um nome próprio ou como uma descrição definida, tanto a primeira como a segunda frase dão-nos a mesma informação — que aquela pessoa a que chamamos Clark Kent ou Super-Homem ama alguém, e ambas as frases têm o mesmo valor de verdade. Nesta teoria, a única contribuição que termos singulares dão às frases em que ocorrem é o referente dos próprios termos. Termos singulares que refiram o mesmo item, ou termos correferenciais, como «Clark Kent» e «O Super-Homem», ou «Eça de Queirós» e «O autor de *Os Maias*» poderão assim ser substituídos entre si quando ocorrem numa expressão maior sem alteração do que essa expressão quer dizer; no caso de uma frase declarativa, sem alteração do significado da frase.

Esta teoria ingénuo suscita uma primeira reacção intuitiva, pelo menos no que respeita ao papel que descrições definidas e nomes próprios desempenham em frases. Consideremos o

caso de «Eça de Queirós é irónico» e «O autor de *Os Maias* é irónico». Alegadamente, a descrição definida é semanticamente mais complexa que o nome próprio «Eça de Queirós», pois nela estão envolvidas noções como ser autor de algo, ser o autor de *Os Maias*, e um outro termo singular — o nome próprio «*Os Maias*», ao passo que o nome «Eça de Queirós» não envolve, pelo menos aparentemente, qualquer atributo como o da autoria de alguma coisa e não está tão pouco associado à autoria de uma obra literária específica. Daí que as frases «O autor de *Os Maias* é irónico» e «Eça de Queirós é irónico», ainda que sejam verdadeiras ou falsas sob as mesmas condições, possam ser tomadas como divergindo no seu significado ou conteúdo semântico.

John Stuart Mill (Mill 1843) apresenta na sua teoria uma revisão da versão da teoria ingénuo que começámos por apresentar, reflectindo as diferenças entre nomes próprios e descrições definidas que foi caracterizada anteriormente. Aquilo que temos designado por «conteúdo semântico» ou «significado» é distinguido em dois conceitos semânticos diferentes: denotação e conotação. A denotação de um termo singular corresponde ao seu referente. A CONOTAÇÃO de um termo singular, ao conjunto de atributos ou conceitos que estão associados com o termo. Esta distinção abrange tanto termos singulares como termos gerais (por exemplo, «gato», «humano», «ser racional»). A denotação de um termo geral pode ser identificada com a sua extensão (o conjunto de itens a qual o termo se aplica correctamente, ou noutras palavras, dos quais o predicado é verdadeiro), e a conotação de um termo geral é o seu conteúdo conceptual ou intensão. O que há a notar na teoria de Mill é que, ao contrário do que acontecia na teoria ingénuo que mencionámos, as descrições definidas satisfazem as duas relações semânticas de denotação e conotação, ao passo que os nomes próprios apenas denotam. A teoria de Mill continua a encarar um nome como uma marca que está no lugar de um objecto, mas que não conota um conjunto de atributos ou propriedades.

Há um conjunto de problemas ou enigmas clássicos que se levantam a qualquer teoria da referência. A solução destes enigmas tem constituído um desafio para diferentes teorias. A solução de um ou mais enigmas resulta normalmente de uma proposta de como entender a relação semântica de referência entre certas palavras e os objectos a que se aplicam. Gottlob Frege desenvolve uma teoria elaborada que responde aos dilemas acerca da referência de termos como nomes próprios e descrições definidas quando inseridos em contextos como os de afirmações de identidade e de atribuição de *ATTITUDES PROPOSICIONAIS*. Frege não aborda todos os enigmas acerca da referência explicitamente, mas é possível induzir algumas soluções a partir das teses fundamentais da sua teoria. Gottlob Frege é considerado com justiça como um dos fundadores e um dos mais fundamentais autores da filosofia da linguagem contemporânea. A sua abordagem de conceitos como o de referência constitui um marco do qual teorias posteriores partiram e contra o qual muitas se debatem. Em *Über Sinn und Bedeutung* (Frege 1892) podemos encontrar o fundamental da teoria fregeana da referência.

O enigma de Frege é um dos quatro enigmas clássicos acerca da referência, sendo também conhecido como o problema do carácter informativo de afirmações de identidade. Pode ser exposto da seguinte forma: segundo a tese de que o conteúdo semântico de um termo singular equivale ao referente do termo, duas afirmações como $a = a$ e $a = b$ deveriam ser iguais em todos os aspectos (desde que a segunda expressão seja verdadeira). Use-se o exemplo de Frege e faça-se a ser «Véspero» e b ser «Fósforo». Assim, obtemos as afirmações de identidade «Véspero é Véspero», frase necessariamente verdadeira e *a priori*, e a frase «Véspero é Fósforo». Todavia, facilmente se concebem circunstâncias nas quais uma pessoa acredita na verdade da primeira frase, mas não na verdade da segunda frase (por exemplo, os antigos astrónomos que chamavam à Estrela da Manhã «Fósforo» e à Estrela da Tarde «Véspero», ignorando que ambos corpos celestes são o

planeta Vénus, não acreditariam que Véspero é Fósforo, e caso viessem a saber que assim é, teriam tido conhecimento dessa identidade apenas *a posteriori*). A questão que se levanta é a seguinte: como pode uma afirmação de identidade entre dois nomes ser informativa se nomes próprios só significam os seus referentes? Como são as frases «Véspero é Fósforo» e «Véspero é Véspero» diferentes do ponto de vista cognitivo? Se uma atribui a propriedade de ser idêntico a Véspero ao referente de «Fósforo» e a outra a propriedade de ser idêntico a Véspero ao referente de «Véspero», então a informação contida em ambas as frases devia ser a mesma: a mesma *PROPRIEDADE* é predicada do mesmo objecto em ambas as frases. Todavia, a óbvia diferença no carácter cognitivo nas duas frases requer, de acordo com Frege, uma abordagem diferente ao conteúdo semântico associado a termos singulares.

Para evitar o problema que se levanta com o diferente carácter informativo de duas afirmações de identidade que contenham termos correferenciais, Frege distingue o referente (*Bedeutung*) de um nome do seu sentido (*Sinn*). O objecto ao qual o termo singular ou nome próprio se aplica é o seu referente, mas com um nome está também associado um sentido. O sentido de um nome é, por assim dizer, o seu conteúdo conceptual, isto é, um conjunto de propriedades associadas a um nome próprio que determinam univocamente o objecto nomeado ou referido. O sentido de um termo contém o modo de apresentação da sua referência.

A distinção feita entre os dois aspectos semânticos de expressões como nomes próprios permite dissolver o enigma acerca do carácter informativo de afirmações de identidade que contenham dois nomes correferenciais. O mesmo valor de verdade de ambas as frases «Véspero é Fósforo» e «Véspero é Véspero», resulta de ambas atribuírem a mesma propriedade ao mesmo indivíduo. A diferença de carácter cognitivo entre as duas frases deve-se, segundo Frege, aos diferentes sentidos associados com o nome «Véspero» e com o nome «Fósforo» (podendo o sentido de um dos

referência, teorias da

nomes ser algo como «O corpo celeste que aparece a oeste quando o Sol se põe», e o do outro «O corpo celeste que aparece a este quando o Sol se levanta»). A mesma referência pode ser apresentada por sentidos diferentes.

A tese de que expressões têm sentido e referência não se restringe a termos singulares, mas é alargada a todo o tipo de expressões, incluindo termos gerais e frases declarativas. A referência de um TERMO GERAL é a sua extensão ou o conjunto de objectos ao qual este se aplica (a referência de «gato» é o conjunto dos gatos, por exemplo), e o seu sentido a sua intensão, ou conjunto de conceitos associado. Esta perspectiva é complementada por dois PRINCÍPIOS DE COMPOSICIONALIDADE: o princípio de composicionalidade da referência e o princípio de composicionalidade do sentido. Segundo Frege, o sentido de uma expressão é constituído pelos sentidos dos elementos que compõem essa expressão, e, do mesmo modo, a referência de uma expressão é o resultado da contribuição da referência das partes ocorrentes nessa expressão.

No caso específico de frases declarativas, Frege identifica o sentido de uma frase com um PENSAMENTO (*Gedanke*) ou PROPOSIÇÃO. Uma frase expressa um pensamento; e o referente de uma frase é o seu valor de verdade, a circunstância de a frase ser verdadeira ou falsa. Na realidade, o que, propriamente, se diz ser verdadeiro ou falso são os pensamentos (ou proposições) e não as frases que os expressam (pois uma frase pode expressar diferentes pensamentos em diferentes ocasiões).

Ambos os princípios de composicionalidade para cada uma das relações semânticas de referência e de sentido permitem explicar de que modo termos singulares contribuem para os contextos em que ocorrem. A noção de composicionalidade tem entre outros resultados, os seguintes: I) A igualdade de sentido entre duas expressões implica a igualdade de referência, mas não o contrário. Uma referência pode ser apresentada por diferentes sentidos. II) Um termo pode não ter referência, e ainda assim expressar um sentido; ter sentido não implica necessariamente

referir. Um exemplo de uma frase com sentido, na qual ocorre um termo singular vazio é «Orfeu é poeta». III) A inter-substituição de termos correferenciais ocorrentes em contextos maiores tem uma de duas soluções possíveis: *a*) Um termo é substituído por outro com o mesmo referente e com o mesmo sentido, pelo que a frase resultante da substituição tem o mesmo valor de verdade e expressa o mesmo sentido que a frase original; ou *b*) Um termo é substituído por outro termo com o mesmo referente mas com sentido diferente, pelo que a frase resultante da substituição tem o mesmo valor de verdade que a frase original, mas expressa um pensamento diferente.

Se se generalizar o problema abordado no enigma de Frege a outros contextos em que termos singulares correferenciais não são inter-substituíveis, geram-se novos enigmas. Contextos particularmente problemáticos são os de frases que relatam ATITUDES PROPOSICIONAIS, frases como 1) «O José sabe que Vénus é um planeta»; 2) «O José sabe que Fósforo é um planeta»; 3) «O José sabe que a Estrela da Manhã é um planeta». Segundo a teoria ingénua, as frases 1, 2 e 3 deviam não só ter o mesmo conteúdo, dar-nos a mesma informação, como ter o mesmo valor de verdade. Aparentemente devia ser possível inferir da verdade de 1, que 2 e 3 são frases verdadeiras, dado que tanto o nome próprio «Fósforo» como a descrição «a Estrela da Manhã» referem o mesmo objecto, Vénus. Contudo, do facto de José saber que Vénus é um planeta não se segue que José saiba que Fósforo é um planeta. Parece assim que nos deparamos com um caso que viola a lei de Leibniz da substituição de idênticos, pelo menos se identificarmos o significado de termos singulares com os seus referentes. Contextos de crença, de discurso indirecto, contextos de citações, por exemplo, «Ele disse que Vénus é um planeta» ou «Ele disse «Vénus é um planeta»», parecem levantar a mesma dificuldade à substituição de termos singulares com a mesma referência, sejam esses termos nomes próprios ou descrições definidas.

O caso de descrições definidas que ocorrem em contextos modais criam o último dos enigmas. Um exemplo deste problema é apresenta-

do por Quine. Se considerarmos as frases «O número de planetas do sistema solar é nove» e «O número nove é necessariamente ímpar», temos duas frases verdadeiras, das quais não se segue «O número de planetas do sistema solar é necessariamente ímpar».

Alguns dos problemas resultantes da generalização do enigma de Frege encontram uma solução na própria teoria fregeana. No caso de contextos das atitudes proposicionais e no caso do discurso indirecto, casos em que as frases ocorrem citadas ou ocorrem como uma oração numa frase maior a seguir à conjunção «que» (o exemplo que demos de «O José sabe que Vénus é um planeta»), Frege defende que o sentido e a referência das frases deixam de ser os comuns, passando as frases a ter referência indirecta, ou seja, aí a sua referência é o seu sentido comum. Frege não aborda o caso de descrições definidas inseridas em contextos modais, nem um enigma que Russell abordará, o das frases existenciais negativas, isto é, frases em que se nega a existência de um objecto nomeado.

Russell pensa que se uma teoria da referência quer ser bem sucedida tem de apresentar uma solução aos três enigmas que ele apresenta em «On Denoting» (Russell 1905). Um deles foi já apresentado e consiste no problema do carácter informativo de afirmações de identidade contendo nomes próprios comuns ou descrições definidas. O problema do valor de verdade de frases com termos singulares vazios (como «Orfeu é poeta») é de novo levantado, dado que Russell pensa que Frege estava enganado ao defender que toda a frase em que ocorra qualquer tipo de termo singular vazio é destituída de valor de verdade. Russell apresenta um novo problema, o de frases existenciais negativas, o qual Frege não havia abordado. Pode-se argumentar que estes dois últimos problemas são duas faces do mesmo problema, pois envolvem a questão de saber como avaliar a contribuição que nomes ou descrições vazias dão ao valor de verdade e ao significado das frases em que ocorrem. A dificuldade de avaliar uma frase em que ocorre uma descrição vazia revela-se no exemplo seguinte: como

avaliar «O rei de França é careca»? Não pode ser uma frase verdadeira pois não existe alguém que seja o actual e único rei de França. Mas se não é verdadeira, esperar-se-ia que fosse uma frase falsa, pelo que a sua negação devia ser uma frase verdadeira. Contudo, «O rei de França não é careca» apresenta as mesmas dificuldades, pois se é tomada como verdadeira, não se terá de presumir que existe alguém que não é careca e que é o rei de França para que a frase seja verdadeira? O último enigma diz respeito a frases verdadeiras nas quais se nega a existência de um objecto nomeado, por exemplo, «Orfeu não existe». Se se esperar que o papel desempenhado por termos singulares numa frase consista na indicação de um referente, como pode um nome apresentar um referente numa frase que nega a existência do objecto que se pretende designar? Russell propõe resolver estes enigmas apresentando uma solução inesperada quanto à função de termos singulares numa frase, que ele designa por «expressões denotativas». Russell chama expressões denotativas a expressões que contêm quantificadores universais ou existenciais, negando que a sua função numa frase seja primariamente denotar ou referir um objecto, mas sugerindo antes que estas expressões não têm qualquer significado em si (só tendo significado quando ocorrentes no contexto de uma frase). Uma expressão denotativa é uma expressão tal como «todos os homens», «alguns cães», «uns gatos».

Um caso especial entre expressões denotativas são as descrições definidas (descrições que contenham o artigo definido «o» ou «a»), tal como «a última vedeta de Hollywood»; como todas as expressões denotativas, estas são tratadas como destituídas de sentido isoladamente, contribuindo, no entanto, para o significado da frase em que ocorram. Uma frase que contenha uma descrição definida só na sua aparência gramatical tem uma estrutura predicativa, isto é, só aparentemente está predicar algo de um objecto, uma vez que a descrição definida na realidade não é o sujeito gramatical da frase. Por exemplo, a frase «O autor de *Os*

referência, teorias da

Maias é irónico» é apenas indirectamente acerca de Eça de Queirós, e pode ser analisada como uma conjunção das seguintes condições: a condição de que exista pelo menos um autor de *Os Maias*, a condição de que exista no máximo um autor de *Os Maias* e a condição que qualquer autor de *Os Maias* seja irónico. Como resultado da análise obtêm-se três frases que são generalizações quantificadas sem qualquer ocorrência de uma descrição definida e sem qualquer ocorrência de um termo singular cuja função seja denotar ou referir. São frases indirectamente acerca de um indivíduo, mas directamente acerca da complexa função proposicional ou propriedade de ser o único indivíduo a exemplificar as propriedades que lhe são atribuídas na expressão.

Como é que a teoria resolve os enigmas? Frases em que ocorrem expressões denotativas e expressões existenciais negativas têm soluções semelhantes. Considere-se primeiro o caso de existenciais negativas verdadeiras, por exemplo, a frase «A última Coca-Cola no deserto não existe». Esta frase é analisada da seguinte forma: não existe algo que seja uma Coca-Cola no deserto, ou não existe apenas uma única última Coca-Cola no deserto. A negação de frases falsas em que aparentemente se predica uma propriedade de um indivíduo designado com uma descrição, tal como a frase «O actual rei de França é careca» têm duas interpretações possíveis, porque o âmbito da negação é ambíguo. A teoria de Russell prevê essa ambiguidade. Na leitura da frase negada em que a descrição tem âmbito longo, obtemos «O actual rei de França não é careca», que é analisada pela teoria das descrições como uma conjunção das frases: I) Existe alguém que actualmente é o rei de França; II) Existe no máximo uma pessoa que actualmente seja o rei de França; e III) essa pessoa não é careca.

Mas esta leitura resulta numa interpretação falsa também, pelo que não é aceitável que esta frase seja a negação da frase original. A interpretação correcta da frase negada é a sua leitura com ÂMBITO curto, a saber: «Não é verdade que o actual rei de França seja careca», frase

que é analisada da forma seguinte: I) não é verdade que exista alguém que actualmente seja o rei de França; ou II) não existe uma única pessoa que seja actualmente rei de França; ou III) tal pessoa não é careca.

A teoria das descrições de Russell resolve também o problema da não substituição de termos singulares no contexto de frases que relatam atitudes proposicionais. Por exemplo, da verdade das frases «O José acredita que a Estrela da Tarde aparece à noite» e «A Estrela da Tarde é a Estrela da Manhã», não é permitido inferir «O José acredita que a Estrela da Manhã aparece à noite». Frases como as que relatam atitudes proposicionais também apresentam ambiguidade de âmbito, e a teoria apenas bloqueia a substituição de «a Estrela da Noite» por «a Estrela da Manhã» no caso em que a expressão tem âmbito curto. Mas se a frase fosse lida interpretando a expressão «a Estrela da Tarde aparece à noite» com âmbito longo (a frase seria «a Estrela da Tarde aparece à noite e o José acredita nisso»), e dado que a Estrela da Tarde é a Estrela da Manhã, a substituição de «a Estrela da Tarde» por «a Estrela da Manhã» seria de facto válida.

Os casos de identidade entre dois nomes próprios são resolvidos de forma semelhante, pelo tratamento dado a nomes próprios comuns. Russell resolve os enigmas ao combinar a teoria das descrições com a tese de que termos comumente tomados como nomes próprios são na realidade descrições definidas abreviadas ou disfarçadas, e não nomes próprios ou termos singulares genuínos (termos que refiram necessariamente). A solução dos problemas de nomes próprios em contextos de atitudes proposicionais é reduzida ao caso das descrições definidas. Uma vez que descrições definidas não têm o estatuto de termos singulares, a lei da substituição de idênticos de Leibniz não se aplica a estes termos em todos os contextos.

A teoria de Russell diverge obviamente a teoria de Frege num aspecto fundamental — a teoria russelliana define aquilo que temos designado como termos singulares em termos de expressões de quantificação, eliminando da

linguagem aqueles termos cujo papel seria, essencialmente, referir. Para Frege os termos singulares são expressões cuja função é referir, se bem que o façam por meio do sentido que expressam. Apesar dos aspectos divergentes, ambas as perspectivas pressupõem que a adequação de um termo singular a um item é mediada por um conjunto de propriedades ou atributos exemplificáveis pelo item referido, os quais garantem, por assim dizer, que o item a satisfazer unicamente as propriedades associadas com o termo seja o referente da expressão dada. A perspectiva que termos singulares, incluindo nomes próprios, referem indirectamente, por meio de um sentido, conotação ou conteúdo conceptual associado, pode designar-se teoria ortodoxa da referência. Nesta medida tanto a teoria de Frege como a de Russell são teorias ortodoxas, uma vez que sustentam que não são apenas as descrições definidas mas também os nomes próprios comuns que contêm um conteúdo conceptual associado (quando são usados num certo contexto possível).

Existem objecções às teorias ortodoxas da referência, com origem em propostas alternativas de teses ou teorias ditas teorias da referência directa. Os argumentos contra as teses da teoria ortodoxa classificam-se em três tipos de argumentos: argumentos modais, argumentos epistemológicos e argumentos semânticos.

Saul Kripke é o principal responsável pelos argumentos modais. Em *Naming and Necessity* (Kripke 1980), Kripke apresenta argumentos contra a teoria ortodoxa. De acordo com esta teoria, como vimos, a um nome corresponde um conteúdo conceptual ou descritivo, que consiste no seu sentido ou no seu conteúdo semântico. Assim, se *n* é um nome próprio, e *d* a descrição correspondente ao conteúdo do nome, uma frase do tipo '*n* é *d*', deveria ser, se verdadeira, *a priori*, ANALÍTICA e NECESSÁRIA. «Eça de Queirós é o autor de *Os Maias*, de *O Primo Basílio* e membro da Geração de 70» deveria ser um exemplo de tal frase. Aliás, a descrição «O autor de *Os Maias*, de *O Primo Basílio* e membro da Geração de 70» deveria ser sinónima de «Eça de Queirós», de tal modo

que deveria ser necessário que Eça de Queirós fosse o autor de *Os Maias*, de *O Primo Basílio* e membro da Geração de 70, e deveria ser igualmente necessário que a pessoa que escreveu *Os Maias*, *O Primo Basílio* e era membro da Geração de 70 fosse Eça de Queirós. Mas parece muito contra-intuitivo que Eça de Queirós necessariamente tenha escrito as obras literárias que escreveu. Se, como parece possível, Eça de Queirós tivesse tido uma carreira diplomática tão intensa que não lhe deixasse tempo livre para escrever, não teria produzido nenhuma das obras cuja autoria lhe é atribuída. Além do mais, podia ter sido o caso que um contemporâneo de Eça de Queirós, por exemplo, Teófilo Braga, tivesse escrito *Os Maias* e *O Primo Basílio*, caso em que Teófilo Braga seria a pessoa a quem a descrição atribuída a Eça de Queirós se aplicaria. Portanto a descrição que se pretende sinónima do nome «Eça de Queirós» de facto não expressa o significado do nome. Assim, não é uma verdade necessária que Eça de Queirós seja o autor das obras que na realidade escreveu. A intuição modal a que se apela neste exemplo é apoiada pela suposição de que «Eça de Queirós» se refere ao mesmo indivíduo em qualquer situação ou MUNDO POSSÍVEL, ao passo que a descrição mencionada se refere à pessoa que satisfaz certos atributos. Pretende-se mostrar assim não só que nomes próprios não significam aquilo que ortodoxamente se considera que é o seu conteúdo, mas também que a relação de referência que nomes próprios têm com os seus referentes é de um tipo bastante diverso daquela que as descrições definidas apresentam. Os nomes próprios são DESIGNADORES RÍGIDOS (referem o mesmo indivíduo ou item em qualquer situação ou mundo possível em que ele exista), ao passo que muitas descrições definidas são designadores flexíveis.

O argumento epistemológico deve-se também principalmente a Kripke e dirige-se contra a tese de que as frases que associam um nome com a descrição que devia fornecer o sentido ou a análise do nome podem ser conhecidas *a priori*, quer dizer, podem ser conhecidas por

referência, teorias da

um simples processo de análise conceptual. Contudo, se Teófilo Braga tivesse escrito *Os Maias*, ter-se-ia descoberto que I) «Eça de Queirós escreveu *Os Maias*» seria uma frase falsa; e II) «Teófilo Braga escreveu *Os Maias*» seria uma frase verdadeira e *a posteriori*.

De qualquer modo, «Eça de Queirós escreveu *Os Maias*» é verdadeira *a posteriori*, pelo simples facto que alguém pode conhecer toda a carreira política de Eça de Queirós, mas desconhecer que ele alguma vez escreveu *Os Maias*, e vir a descobrir este facto depois de já ser um utente competente do nome «Eça de Queirós».

O argumento semântico diverge dos dois argumentos anteriores por não tentar decidir qual é o referente de um termo singular em relação a um mundo possível, avaliando antes qual é o referente actual de um nome. Este argumento deve-se a Keith Donnellan. Suponha-se um aluno chamado Manuel que apresenta um ensaio de final de curso de grande qualidade, de título *A Religião dos Índios da Patagónia*. Manuel é assim referido como «o autor de *A Religião dos Índios da Patagónia*». Contudo, Manuel plagiou o seu ensaio de um trabalho de um colega estrangeiro, de nome Alexei. Qual é o referente da descrição «O autor do ensaio *A Religião dos Índios na Patagónia*»? O referente desta descrição é Alexei, e não Manuel, se bem que a descrição seja usada por todos os elementos do departamento a que Manuel pertence para se referirem a Manuel e não a Alexei. De acordo com Donnellan, ainda que a descrição seja usada com a intenção de designar Manuel, o referente semântico da descrição é aquela pessoa, caso ela exista, que satisfaz o que é mencionado na descrição. Dado o uso que é dado à descrição, Manuel é apenas o referente intencional da mesma. Assim, a descrição comumente associada ao nome não refere de facto o mesmo item que o nome refere, portanto não pode dar o conteúdo ou significado do nome. Se estes argumentos são correctos, então está por decidir o que determina o referente de um nome próprio.

As teorias directas da referência não são totalmente equivalentes à mencionada teoria

ingénua. Outra designação para estas teorias é a de teorias causais da referência, devido à sugestão apresentada pelos proponentes destas teorias relativa à maneira como um termo singular, em especial um nome, refere o item que é o seu referente. Kripke e Donnellan, por exemplo, sugerem soluções do problema de determinar o referente de um nome propondo o seguinte: I) As descrições podem ser usadas para fixar a referência de um nome ou apresentar, por assim dizer, a referência do nome a alguém que a desconheça; mas II) O significado de um nome não é identificado com as descrições; ao invés, a sua referência é determinada por meio de uma cadeia histórica de comunicação, a qual tem início no «baptismo» do item nomeado. A determinação da referência de um nome não depende exclusivamente do conhecimento individual por parte de um locutor do conteúdo descritivo associado ao nome.

Hilary Putnam apresenta uma abordagem semelhante de certos termos gerais, ou termos para tipos naturais (por exemplo, «água» ou «tigre»), cuja referência ou extensão é determinada não por meio de certos conceitos associados com o termo, cujo conhecimento por um locutor permitiria determinar a extensão ou referência do termo (a que objectos o termo ou predicado se aplica), mas, antes, graças à divisão do trabalho linguístico numa comunidade, por meio da cooperação entre peritos e leigos. De modo semelhante à sugestão de Kripke, Putnam admite que uma descrição ou um conjunto de conceitos possam servir o propósito de introduzir um termo a um locutor que o desconheça, mas não podem ser identificados com o significado do termo. Este depende tanto da comunidade linguística que utiliza a linguagem à qual pertence uma dada palavra, como da maneira como as coisas de facto são no mundo. *Ver* REFERÊNCIA, DENOTAÇÃO, TIPO NATURAL, SIGNIFICADO. TM

Donnellan, K. 1966. Reference and Definite Descriptions. *The Philosophical Review* 75: 281–304.

Frege, G. 1892. On Sense and Reference. In P. Geach e M. Black, orgs., *Translations from the Philoso-*

phical Writings of Gottlob Frege. Oxford: Blackwell, 1952.

Kripke, S. 1980. *Naming and Necessity*. Oxford: Blackwell.

Mill, J. S. 1843. Of Names. In *A System of Logic*.

Putnam, H. 1975. The Meaning of «Meaning». In *Mind, Language and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.

Russell, B. 1905. On Denoting. In *Logic and Knowledge*, org. R. C. Marsh. Londres: Routledge.

Salmon, N. 1981. *Reference and Essence*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

referencial, expressão O mesmo que DESIGNADOR.

referencial, uso Ver ATRIBUTIVO/REFERENCIAL.

reflexividade R é uma RELAÇÃO reflexiva se, e só se, $\forall x Rxx$. Ou seja, uma relação é reflexiva quando todas as coisas estão nessa relação consigo mesmas. Por exemplo, a relação «ter o mesmo peso que» é reflexiva. Se R é reflexiva num dado DOMÍNIO, é para-reflexiva ou uma relação reflexiva fraca; se é reflexiva em todos os domínios, é uma relação reflexiva forte ou estrita. A IDENTIDADE é uma relação reflexiva estrita.

R é irreflexiva se, e só se, $\forall x \neg Rxx$. Ou seja, uma relação é irreflexiva quando nenhuma coisa está nessa relação consigo mesma. Por exemplo, a relação de paternidade é irreflexiva porque ninguém é pai de si mesmo.

R é não reflexiva se, e só se, $\neg \forall x Rxx \wedge \neg \forall x \neg Rxx$, isto é, se não é reflexiva nem irreflexiva. Ou seja, uma relação é irreflexiva quando algumas coisas estão nessa relação consigo mesmas e outras não. Por exemplo, a relação de crítica é não reflexiva porque algumas pessoas exercem a autocritica, mas outras preferem restringir o domínio de objectos a criticar aos outros, aparentemente para garantir a reflexividade do respeito, mas arriscando-se assim a perder a sua SIMETRIA. Ver também TRANSITIVIDADE. DM

regra da adição Ver ADIÇÃO, REGRA DA.

regra de inferência Uma forma argumentativa válida elementar, que pode ser usada para justificar outras formas argumentativas mais complexas. Por exemplo, pode-se usar o *modus ponens* para justificar a dedução em cadeia:

Prem	(1)	$p \rightarrow q$	
Prem	(2)	$q \rightarrow r$	
Sup	(3)	p	
1,3	(4)	q	1, 3, MP
1,2,3	(5)	r	2, 4, MP
1,2	(6)	$p \rightarrow r$	3, 5, I \rightarrow

As regras de inferência distinguem-se dos AXIOMAS e dos TEOREMAS. Estes últimos são formas proposicionais, e não formas argumentativas ou inferenciais. Assim, as regras de inferência são válidas, mas os axiomas e os teoremas são verdadeiros.

A distinção entre regras e axiomas é fundamental, como foi demonstrado pelo célebre artigo de Lewis Carroll, «What the Tortoise said to Achilles» (*Mind* 1895). Se não se distinguir claramente as regras de inferência dos axiomas, de cada vez que procuramos inferir algo somos empurrados para uma regressão *ad infinitum*. Imaginemos que procuro inferir q a partir de $p \rightarrow q$ e de p . Preciso de um axioma que me garanta que $(p \rightarrow q) \wedge p$ implica q . Mas depois de adicionar este axioma ao meu sistema ainda não posso inferir q : preciso agora de garantir que $((p \rightarrow q) \wedge p) \wedge (((p \rightarrow q) \wedge p) \rightarrow q)$ implica q . Este processo repete-se para cada novo axioma. As regras de inferência são, assim, um elemento indispensável em qualquer sistema dedutivo. Ao invés, os axiomas são dispensáveis — o que acontece na dedução natural, que dispõe apenas de regras de inferência. DM

regras de dedução natural Ver DEDUÇÃO NATURAL, REGRAS DE.

regras de formação Regras sintácticas que definem, indutiva ou recursivamente, a noção de frase ou fórmula bem formada de uma lin-